

USO DA LINGUA E INTERCULTURALIDADE EM LUSOFOFONIA E TRAVESSIA

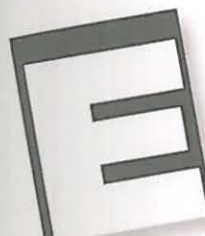
de Lemos Martins (Coord.)

contexto da globalização, que é uma realidade comandada pelas tecnologias da informação e cuja natureza é eminentemente econômica-financiera, os estudos lusófonos impõem, pelo menos, três abordagens complementares de investigação.

Em primeiro lugar, a partir de um ponto de vista pós-colonial, podemos interrogar, também, as narrativas lusófonas como construção, a várias vozes, da comunidade geocultural transnacional e transcontinental.

Em segundo lugar, podemos interrogar, igualmente, as políticas da língua e da cultura como combate simbólico pela afirmação de uma identidade plural, na diversidade de povos que falam o Português. Em terceiro lugar, podemos interrogar, ainda, a complexidade do movimento de interação das culturas. Um tal movimento compreende, com suas dimensões diversas, colonialismo, neocolonialismo e pós-colonialismo, o encontro e o desencontro entre povos, e traduz, de igual maneira, encontro e conflito, resistência e dominação, na interação entre nós e o outro.

A obra *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*, obra coordenada por Lemos Martins, inscreve-se neste campo de investigação dos estudos lusófonos, misturando distintos regimes de conhecimento específicos das Ciências Sociais e Humanas, que vão da sociologia, à psicologia social, à ciência política e às ciências da comunicação, e da linguística, aos estudos literários, à história e às ciências da educação.



LUSOFOFONIA E INTERCULTURALIDADE PROMESSA E TRAVESSIA

LUSO
FOFONIA
E INTERCULTURALIDADE
PROMESSA E TRAVESSIA

PROMESSA E TRAVESSIA

Coordenação de Moisés de Lemos

A Coleção Comunicação e Sociedade é dirigida por Moisés de Lemos Martins, do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

LUSOFONIA E INTERCULTURALIDADE – PROMESSA E TRAVESSIA

Coordenação: Moisés de Lemos Martins

Capa: António Modesto

© EDIÇÕES HÚMUS, 2015
Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão
Tel. 926 375 305
Email: humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão
1.ª edição: Novembro de 2015
Depósito legal: 399999/15
ISBN: 978-989-755-180-2

Esta coleção resulta da colaboração entre as Edições Húmus e o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

ÍNDICE

- 07 Apresentação: Lusofonias – Reinvenção de Comunidades e Combate Linguístico-Cultural
Moisés de Lemos Martins
- 25 **I. PARTE**
NARRATIVAS DA LUSOFONIA
- 27 Média digitais e lusofonia
Moisés de Lemos Martins
- 57 Narrativas da Lusofonia: memória e identidade na telenovela brasileira
Maria Immacolata Vassallo de Lopes
- 75 Entre-fronteiras: o cinema como lugar xeo-político
Margarita Ledo Andión
- 89 histórias de mulheres do Brasil contemporâneo: as heroínas de hoje
Ana Carolina Escosteguy
- 103 Se a Lusofonia é um sonho, quem é o sonhador?
De uma poética da lusofonia e de uma lusofonia poética
Luísa Marinho Antunes
- 113 Liminaridade e descentramento: identidades lusófonas e suas narrativas
Luís Cunha
- 129 Lusofonia e Literatura: haverá cânone(s) lusófono(s)?
Annabela Rita
- 153 Da necessidade de desconstrução do “equivoco lusocêntrico”
Lurdes Macedo
- 177 **II. PARTE**
POLÍTICAS DA LÍNGUA
- 179 Cidadania e comunicação na crise do milênio: os desafios da comunidade acadêmica no espaço lusófono
José Marques de Melo
- 197 Política linguística: Terra de ninguém, terra de todos. Notas a partir de um posto de observação moçambicano
Armando Jorge Lopes
- 227 O editor de livros e a promoção da cultura lusófona. A trajetória de Francisco Alves (1848-1917)
Aníbal Bragança

- 245 Sugestões de critérios convergentes prévios para a formação e definição de um cânone lusófono
Fernando Cristóvão
- 253 Língua e imaginário: uma questão de comunicação
Juremir Machado da Silva
- 263 Políticas linguísticas no âmbito da lusofonia
Neusa Barbosa Bastos
- 279 Televisão, política linguística e direito à informação: desafios para o ensino da comunicação em Moçambique
Eliseu Mabasso
- 295 "À mistura estão as pessoas": Lusofonia, política linguística e internacionalização
Regina Pires de Brito
- 313 Lusofonia e globalização. A possibilidade de refazer utopias
José Eduardo Franco
- 333 **III.PARTE**
INTERCULTURALIDADE E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
- 335 Representações sociais da história nacional. Estudos comparativos em contexto lusófono
Rosa Cabecinhas
- 355 Imprensa jornalística das colônias de expressão portuguesa: Visão de conjunto
Antonio Hohlfeldt
- 375 'Como seiva viva em tronco forte'. A Agência Noticiosa Lusitânia e o projeto imperial do Estado Novo
Maria Manuel Baptista
- 387 Fluxos culturais assimétricos e reflexões comunitárias
Benjamin Abdala Junior
- 405 Imaginário Lusófono e portugalidade no consumo de massas em Portugal
Isabel Ferin Cunha
- 433 A Lusofonia enquanto experiência estética. Considerações em torno da existência de um cânone lusófono
José Carlos Venâncio
- 451 A mensagem luso-tropical do colonialismo português tardio: o papel da propaganda e da censura
Cláudia Castelo
- 471 Uma travessia pelo sertão lusófono
Paulo Bernardo Vaz
- 485 Pós-colonialismo e o desafio das fronteiras midiáticas. As intervenções de Mia Couto, diálogos verbais e escritos
Vera Lucia Harabagi Hanna

APRESENTAÇÃO

LUSOFONIAS – REINVENÇÃO DE COMUNIDADES E COMBATE LINGUÍSTICO-CULTURAL

PRESENTATION

LUSOPHONIES – COMMUNITIES REINVENTION AND LINGUISTIC-CULTURAL STRUGGLE

Moisés de Lemos Martins
UNIVERSIDADE DO MINHO/CECS

Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia debate a questão lusófona, em três aspetos principais. No atual contexto da globalização, que é uma realidade de cariz eminentemente económico-financeiro, comandada pelas tecnologias da informação, esta obra interroga o sentido das narrativas (literárias e mediáticas, e também das narrativas de histórias de vida) sobre a construção de uma comunidade geocultural transnacional e transcontinental lusófona. Interroga, igualmente, as políticas da língua e da comunicação como combate simbólico pela afirmação de uma comunidade plural, na diversidade de povos e culturas lusófonas. E interroga, ainda, a complexidade do movimento de interpenetração das culturas, o qual, com gradações diversas, que compreendem colonialismo, neocolonialismo e pós-colonialismo, na relação entre povos, traduz o encontro, a assimilação e a dominação, na interação entre nós e o outro.

Sendo este o plano geral da obra *Lusofonia e Interculturalidade*, misturam-se nela distintos regimes do olhar, específicos das Ciências Sociais e Humanas, que vão da sócio-antropologia, à psicologia social, à ciência política e às ciências da comunicação, e da linguística, aos estudos literários, à história e às ciências da educação.

Os investigadores convidados para esta coletânea refletem a partir de diferentes contextos nacionais, mas movem-se todos no espaço pluricontinental em que a língua portuguesa é língua oficial. Na maior parte dos casos trata-se de estudiosos que há dezenas de anos interrogam o modo

TENGARRINHA, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho.

A terceira edição é de 2013, inteiramente ilustrada e revisada, mas não ampliada. Lisboa: CírculoLeitores.

TRIGO, S. (1981). *Luandino Vieira, o logoteta*. Porto: Brasília.

TRIGO, S. (1977). *Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa*. Porto: Brasília.

'COMO SEIVA VIVA EM TRONCO FORTE'

A Agência Noticiosa Lusitânia e o projeto imperial do Estado Novo 'AS LIVING SAP TO THE OAK'

The Lusitânia News and the Imperial project of the Estado Novo

Maria Manuel Baptista *

DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E CULTURAS DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO E CECS – UNIVERSIDADE DO MINHO
mbaptista@ua.pt

Resumo:

O presente estudo pretende descrever as condições políticas e sociais em que foi criada e se desenvolveu a Lusitânia, uma agência noticiosa portuguesa, destinada a contribuir para o fortalecimento do Império português através da difusão do noticiário colonial na metrópole e deste nas colónias.

Apesar da escassez de estudos existentes e de não ser conhecido o paradeiro dos arquivos da agência, é possível ainda, através de fontes indiretas, avaliar a importância e do papel ideológico desta agência na construção de um Portugal uno do Minho a Timor, como pretendiam o regime e o fundador da agência, Luís Lupi.

Palavras-chave: Lusitânia; Luís Lupi, império português; colonização, salazarismo.

Abstract:

This study aims to describe the political and social conditions in which Lusitania, a Portuguese news agency, was created and developed. This news agency had the main objective to contribute to the strengthening of the Portuguese Empire by dissemination of colonial news in the Portugal and its colonies.

Despite the lack of existing studies and not known the whereabouts of the files of the agency, it is still possible through indirect sources to evaluate the importance of the ideological role of this agency in building a Portugal from Minho to Timor, as intended the regime and the founder of the agency, Luís Lupi.

Keywords: Lusitânia; Luís Lupi; Portuguese Empire; colonization, salazarism.

* Departamento e Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro e CECS- Universidade do Minho. Agregada em Estudos Culturais pela Universidade do Minho e Doutorada em Filosofia da Cultura, pela Universidade de Aveiro, Mestre em Psicologia da Educação pela Universidade de Coimbra e Licenciada em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Atualmente dirige, na Universidade de Aveiro, o Programa Doutoral em Estudos Culturais, numa parceria entre as Universidades de Aveiro e do Minho. Os seus interesses de investigação situam-se nas áreas da Filosofia e da Cultura, em Portugal e nos países lusófonos, Comunicação, Psicologia Social e Cultural, Sociologia da Cultura e Turismo Cultural.

Praticamente não estudada até hoje, a agência de notícias Lusitânia funcionou em Portugal, ininterruptamente, durante 30 anos, entre 1944 e 1974. Tinha como objetivo apoiar o Estado Novo na sua ideologia colonial, procurando ajudar a construir, através de uma específica política de comunicação, o Império Português¹. O seu principal mentor foi Luís Caldeira Lupi, que a instalou e dirigiu a partir de um primeiro andar no Largo do Chiado em Lisboa (o mesmo espaço que utilizava a Sociedade de Propaganda de Portugal e o Touring Club de Portugal).

1. As dificuldades na implementação do projeto Lusitânia

Por ser totalmente devotada à apologia do colonialismo português e à propaganda do Turismo em Portugal, autores há (eg. Silva, s/d; Pereira, 1986; Gonçalves, 1963) que hesitam classificá-la como uma verdadeira agência de notícias, mas o facto é que, do ponto de vista do estudo dos mecanismos de construção de um imaginário do Império durante o Estado Novo ela é uma peça essencial. Com efeito, se não conseguiu nunca vender o seu serviço para as agências estrangeiras, conseguiu implantar-se no território metropolitano e ultramarino de forma exclusiva até à criação da sua rival, a Agência Nacional de Informação (ANI), em 1947 e depois até à revolução de 1974, com uma presença no espaço mediático português que não é desprezível, conforme se pode observar pelo quadro seguinte, relativo a 1958:

Quadro I. Aproveitamento do serviço da Lusitânia em 1958 (valores absolutos)

Jornal	Nº de notícias aproveitadas	1ª página
O Comércio do Porto	2002	59
Diário da Manhã	1771	131
A Voz	964	122
Jornal de Notícias	928	41
O Século	826	75
Novidades	791	53
Diário do Norte	719	13
Diário de Lisboa	681	23
Diário de Notícias	558	15
Diário Ilustrado	524	23
Diário Popular	362	15
Jornal do Comércio	282	118
total	10544	688

Fonte: Relatório de atividades da Agência Lusitânia de 1958 (Arquivo Salazar Pc-55, cx631, pt34).

Com efeito, já no ano anterior, em 1958, mas referindo-se ao ano transato de 1957, Lupi havia enviado ao Ministro do Ultramar (que por sua vez o reenviou a Salazar) um relatório de atividades do mesmo género onde se afirmava que os jornais nacionais que mais tinham aproveitado o noticiário da Lusitânia foram *O Comércio do Porto*, com 1859 notícias, *O Diário da Manhã*, com 1488 notícias, *A Voz*, com 1130 notícias e *O Século*, com 1004 (com maior grau de aproveitamento destacam-se as notícias provenientes de Luanda, Lourenço Marques, Goa e Funchal). Seguem-se o *Novidades*, com 824 notícias, *Jornal de Notícias*, com 760, *Diário de Notícias*, com 636, *Diário de Lisboa*, com 596, *Diário do Norte*, com 523, *Diário Popular*, com 308, e *Diário Ilustrado*, com 267, num total de 9586 notícias (das quais 1087 foram primeira página).

E se dúvidas ainda persistissem, Lupi (1959) esclarece, nesse mesmo relatório a que tivemos acesso, que a Agência, em 1958, portanto no seu décimo quarto ano de existência, tinha já 16 correspondentes fora do espaço metropolitano (mais dois do que em 1957).

¹ Sobre o salazarismo, escreveu Moisés de Lemos Martins, 1990, *O Olho de Deus no Discurso Salazarista*. E especificamente sobre o imaginário salazarista, escreveu "A Pequena Casa Lusitana e o Mar Imenso", capítulo do livro *Para uma Inversa Navegação. O Discurso da Identidade* (Martins, 1996: 79-90).

Um outro indicador indireto (pois que não conseguimos até ao presente localizar nem sequer vestígios do Arquivo da Lusitânia) relativo à dimensão e volume do noticiário da Agência encontramos-lo nos Arquivos do Secretariado Nacional de Informação (Censura, Cx 140), onde pudemos ter acesso a um dia completo de emissão noticiosa (sem considerar aqui as notícias enviadas por telefone, curtos telegramas que eram emitidos diariamente, três vezes ao dia). Trata-se do dia 8 de Fevereiro de 1974 em que a Lusitânia produziu para os jornais nacionais 56 telegramas de proveniências diversas: Luanda, Lourenço Marques, Díli, Nampula, Paris, Bissau e Nova Lisboa.

Acresce ainda o facto de Luís Lupi ter utilizado a sua experiência jornalística como correspondente da *Associated Press* e da *Reuters* para dirigir a *Lusitânia*, criando mesmo o primeiro livro de estilo de um órgão de comunicação social português, que se dividia em duas partes: 1. «O que a Lusitânia espera dos seus correspondentes» e 2. «O que a Lusitânia recomenda aos seus redatores» (1957, Abril, 12 PC-42/25)

Com efeito, partilhamos a opinião de Wilton Fonseca (1995: 14-15), que considera que a Lusitânia "(...) [consubstanciou], como nenhum outro órgão de Comunicação Social, as preocupações, as contradições, as hesitações, os problemas e até mesmo as virtudes do regime que terminou com o 25 de Abril".

Lupi compreendeu melhor do que ninguém (ou pelo menos muito antes de Salazar) a importância de constituir um espaço informativo em língua portuguesa que pudesse, não apenas construir imaginariamente para os povos ultramarinos e continentais a realidade comum do espaço político e administrativo em que viviam, mas sobretudo neutralizar o serviço noticioso de agências estrangeiras que, segundo dizia, penetravam com facilidade nos jornais das colónias, fazendo circular uma outra narrativa internacional a propósito do Império Colonial Português.

No discurso que proferiu na cerimónia de inauguração da Lusitânia sublinhava precisamente esta dimensão fundamental da agência: «doravante, todos ou quase todos (e pedimos a Deus que possam ser todos em breve) os portugueses do Ultramar terão diariamente os meios necessários, a possibilidade de viverem, dia a dia, a vida que os seus irmãos da Metrópole vivem – de sentirem com eles as mesmas alegrias, os mesmos anseios, as mesmas desditas, por viverem juntos, e não separados. É isso

que a Lusitânia se propõe realizar, utilizando os meios que a larga visão de Vossa excelência, senhor Professor Marcello Caetano, tornou possível» (cit. in Fonseca, 1985:73)

É por isso que, apesar de ter burilado este projeto de uma Agência Noticiosa portuguesa já na década de 30, cuja propriedade seria a de uma cooperativa de jornais portugueses a constituir, apenas conseguirá implementar parte destas suas ideias com o apoio de Marcelo Caetano e a sua ascensão no governo enquanto Ministro das Colónias (entre 1944 e 1947), e ainda após uma comunicação ao II Congresso da União Nacional, em 1944, sintomaticamente intitulada «Consolidação da Unidade Portuguesa», que não terá merecido grande entusiasmo nem acolhimento.

No entanto, e ainda não contente com a difusão e impacto da Lusitânia, procurou por todos os meios convencer o poder político da necessidade de criar uma Agência Noticiosa Portuguesa de carácter e alcance internacional. Em 13 de janeiro de 1955 chega mesmo a apresentar a sugestão da criação de uma agência noticiosa nacional ao Ministro do Ultramar, Comandante Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, que reenvia a proposta a Salazar (Arquivo Salazar, Pt 7, 1955, Janeiro 13 PC 42/7).

Lupi preocupava-se com o modo como a influência política a nível internacional condicionava a distribuição dos noticiários pelas diferentes regiões do globo, excluindo do xadrez internacional a lógica imperial e multicontinental portuguesa. Como refere Fonseca (1985: 37), "(...) enquanto que Portugal Continental estava entregue à Havas, antecessora da France Press, a África Portuguesa, a Índia, Macau e Timor ficavam sob o domínio informativo da Reuter, com algumas influências norte-americanas, na altura não muito significativas (...)". Para além disso, também o Brasil estava sob a influência da Havas.

Um tanto estranhamente Salazar nunca chega a responder à sugestão de Lupi para criar uma agência noticiosa portuguesa. De resto, as relações de Lupi com Salazar e o Estado Novo em geral vêm a revelar-se algo tensas, desde logo com a criação de uma agência rival que também tem o apoio do Estado, mas sobretudo com a diminuição do subsídio estatal que permitia saldar as contas da Lusitânia com a Marconi. Com efeito, desde 56 que o Ministério do Ultramar foi diminuindo o valor do referido subsídio e Lupi vê-se na obrigação de diminuir o volume de notícias diárias, facto

de que se queixa amargamente nos relatórios que desde essa altura envia ao poder político.

De qualquer forma, Lupi, enquanto administrador delegado da Lusitânia procurou manter sempre uma imagem pública de neutralidade face ao poder político nunca confirmando o subsídio que recebia do Ministério do Ultramar, sob a rubrica 'desenvolvimento da colonização' (Silva, s/d). A Lusitânia não tinha fins lucrativos, não deveria estar ao serviço de interesses particulares e por isso foi integrada na Sociedade de Propaganda de Portugal, cujo secretário-geral era o próprio Lupi. Apesar de ter sido natural a integração desta Agência no SNI de Ferro, tal não aconteceu dadas as relações tensas que Ferro e Lupi mantinham. Por outro lado, Marcelo Caetano considerava que o organismo de Ferro se tinha burocratizado e não cumpria mais as suas funções, pelo que naturalmente apoiou a pretensão de Lupi para que a Lusitânia tivesse como interlocutor o Ministério das Colónias.

É ainda nos relatórios que produz para esse Ministério, já no ano de 1958, que se refere sistematicamente a um outro constrangimento à atividade da Lusitânia: as dificuldades de comunicação com Angola, Guiné e Índia, bem como para os Açores (apesar de tudo funcionar sem problemas de maior na comunicação com os navios comerciais e militares, para onde diariamente a Lusitânia transmitia o essencial do seu noticiário).

No que respeita aos equipamentos de edição e transmissão, Silva (s/d) descreve-os da seguinte forma: "a Lusitânia trabalhava ainda de uma forma muito primitiva. As notícias continuavam a ser passadas a *stencil* e distribuídas aos subscritores de Lisboa por estafetas que se deslocavam de bicicleta. Para o Funchal e colónias portuguesas no Ultramar, a transmissão do serviço informativo da agência era assegurado pela Marconi. Ao abrigo de um acordo celebrado com a Transportadora Aérea Portuguesa (TAP), a Lusitânia enviava ainda para as colónias ultramarinas um serviço informativo mais completo, que chegava aos jornais já pronto a publicar."

Quanto aos jornais da metrópole, tudo passava pelo *Grémio da Imprensa Diária* que pagava as avenças dos jornais diretamente à Lusitânia, evitando falhas no pagamento e interrupção do serviço aos seus associados.

2. A Lusitânia ao serviço do projeto imperial português

Foi, então, neste quadro que a Lusitânia de Lupi desenvolveu a sua atividade de agência de notícias, num contexto ideológico, político e comunicacional que o próprio apresenta ao II Congresso da União Nacional em 1944, nos seguintes termos:

Tal como os grandes 'trusts' e os grandes monopólios, e aproveitando as facilidades de comunicação que a ciência e o progresso deram ao Mundo, algumas grandes potências criaram e animaram a atividade das agências noticiosas que se tornaram verdadeiros fatores imperiais. (...) Por essas linhas telefónicas, por esses fantásticos cabos submarinos correu e corre, diariamente como seiva viva em tronco forte até aos mais recônditos rebentos da sua frondosa árvore imperial, um caudal de notícias. Traz e leva, dia a dia, à mesa do primeiro almoço ou ao recanto quente da lareira a última novidade da Pátria ou da Colónia distante ou, simplesmente, o último escandalozinho (tão grato na memória e na saudade da vida quotidiana do homem), duma terra distante e saudosa. E a par disso, a par desse inocente e agradável noticiário, um oceano de notícias corre sobre os oceanos, a toda a hora, levando a todos os pontos do Mundo tudo quanto acontece mas que é visto e contado, como não podia logicamente deixar de ser, na forma mais conveniente aos interesses imperiais que serve. (Lupi, 1973: 99)

E foi exatamente este modelo que Lupi se propôs desenvolver na Lusitânia, intento que 14 anos depois do início de atividade parece ter conseguido plenamente, a avaliar pelos dados constantes do relatório que envia ao Ministro do Ultramar em 1958 (a que já fizemos referência), onde demonstra a utilidade que os jornais portugueses deram ao serviço ultramarino da sua agência noticiosa.

Quadro II. Notícias publicadas nos jornais da Metrópole segundo as suas origens

Origem	Nº de notícias
Luanda	3727
Lourenço Marques	1233
Goa	963
Funchal	879
Beira	843
Horta	296
Bissau	272
Macau	271
Angra do Heroísmo	263
Praia	263
São Tomé	248
Benguela	232
Dili	139
Ponta Delgada	101
Aeroporto de Santa Maria	30
Aeroporto do Sal	24
Diversos Estrangeiros	760
Total	10544

Fonte: Relatório de atividades da Agência Lusitânia de 1958 (Arquivo Salazar Pc-55, cx631, pt34)

Mas em que consistia concretamente o projeto imperial de Lupi e ao qual subordinou durante 30 anos a atividade da Lusitânia?

Para tentarmos esboçar o quadro em que será possível responder a esta questão pretendemos socorrer-nos brevemente, não só da dimensão biográfica de Lupi mas também de um texto que nos parece particularmente elucidativo do que é a mentalidade colonial deste jornalista, publicista, conferencista, correspondente de diversos jornais e agências estrangeiras, homem de negócios (chegou a ser presidente do Conselho Fiscal da Standard Eléctrica em Portugal), político ligado ao Turismo e à promoção de Portugal no estrangeiro, por vezes com uma atividade que

parece oscilar entre a diplomacia internacional e a espionagem (como de resto será acusado, mais tarde, pela PIDE).

Nascido em 1901 em Lisboa, foi com cerca de 3 anos para Lourenço Marques, onde o pai havia sido colocado como chefe dos Caminhos-de-ferro. Estudou no colégio de Lydenburg (Transval Oriental), mas acabou por ser enviado para Inglaterra, onde permaneceu aos cuidados de um amigo da família, Leo Weinthal, proprietário e diretor do jornal *African World* (em 1928 prepara um número especial sobre Angola e Moçambique).

Em 1929, para além de ser correspondente para o *African World*, trabalha na Agência Geral das Colónias e no *Jornal da Europa*. Na AGC recebe os jornais das colónias com semanas de atraso, esforçando-se por fazer um resumo a distribuir pelos jornais, que já pouco o aproveitavam. Acabará por representar a Reuters em Portugal (durante 12 anos) e, mais tarde a Associated Press, vendo os seus textos espalhados por todos os jornais americanos. Será ainda o representante do *Irish Independent*, de Dublin. Foi o responsável pelo Primeiro Congresso Nacional de Turismo (1935) e colaborou com a Sociedade de Geografia, versando assuntos africanos e de política internacional. Para além de numerosos opúsculos, publicou, em 1936, *Achtung! – Uma Civilização Ameaçada*, de pendor fortemente anticomunista.

Foi feito Visconde de Baçaim pelo Papa João XXIII e publicou três volumes de *Memórias* entre 1971 e 73. Faleceu em Madrid em 1977, após ter visto a sua Lusitânia tomada pelos trabalhadores no 25 de Abril de 1974 (tendo vindo a encerrar a sua atividade no ano seguinte).

Ainda no período sidonista, regressa por um breve período a Lourenço Marques e trabalha no *The Lourenço Marques Guardian*. Desde essa altura que se queixa amargamente da falta de uma agência portuguesa fiável que informe as colónias do que se passa na metrópole, pois só as estrangeiras aí chegam. Fervoroso sidonista, toda a sua formação nacionalista se faz a partir ainda do rescaldo das ações de pacificação de Mouzinho de Albuquerque em Moçambique (Pinto, 1994), cujas palavras repete logo nas primeiras páginas das suas *Memórias*: “Para salvarmos Moçambique bastará respeitar três princípios: amar a Pátria sobre todas as coisas; odiar os boers e os ingleses; desconfiar de todos os missionários que não sejam católicos e portugueses” (Lupi, 1971: 18).

Sobre uma outra viagem a África, escreverá, em 1929:

Já se perde na noite dos tempos a lenda da África dos perigos e mistérios, das febres, das feras e do oiro fácil. Os seus mistérios estão desvendados, os perigos foram vencidos, as febres são combatidas pela ciência, as feras raras e o oiro é ganho com trabalho persistente e honesto. A civilização europeia venceu mais um continente e assim a África surge-nos hoje não como espectro assustador e lugar de castigo, mas como terra prometedor, cheia de possibilidades, mesmo para os mais tímidos e fracos. (Lupi, 1929:244)

E acrescenta

A vida em Lourenço Marques difere um pouco da vida as outras cidades coloniais portuguesas e estrangeiras porque é grandemente cosmopolita. Todos levaram para ali um pouco dos seus costumes e dos seus hábitos, das suas qualidades e dos seus defeitos, adaptando-os à vida colonial portuguesa. Depois dos europeus portugueses são os ingleses que formam a colónia mais importante. Para lá levaram os seus clubes, os seus desportos, as suas instituições, sendo agradável notar que estas não mantêm as características rigidamente britânicas que eles costumam apresentar em toda a parte. Depois são os índios, oriundos da Índia inglesa e portuguesa, pitorescos no seu trajar, de camisa de fora e pernas ao léu, cheirando a caril e a noz-moscada e que conseguiram açambarcar o comércio com os indígenas, até mesmo com os europeus; os gregos, com lojas de fruta e, nos quiosques vendendo gelados e jogando impenitentemente aos dados; os chinas, de longa trança e vestidos à europeia, exploram a horticultura e mantêm casas de pasto nas imediações dos quartéis, têm um sumptuoso «Pagode» e um clube republicano. Os índios portugueses católicos formam uma das mais numerosas colónias, ocupando muitos lugares nos serviços públicos e até altas funções na burocracia e magistratura; os italianos exploram hotéis; franceses belgas e alemães ocupam-se no comércio, na indústria, nas empresas de navegação, etc. Os naturais, indígenas civilizados, são excelentes criados de servir e contínuos nas repartições públicas e escritórios comerciais, vestem à europeia com exagerada elegância. Os *zanzibaristas* e *macuas*, pretos maometanos, são típicos pelo seu colifó vermelho de longa borla preta e longa cabia branca. Todos concorrem para o aspeto pitoresco da cidade, com a variedade dos seus hábitos, trajes e línguas e todos parecem viver felizes na terra e sob a liberal e justa administração portuguesa. (*Ibidem*: 247-248)

É exatamente nesta mesma linha que defenderá, numa conferência proferida 20 anos mais tarde, e já com quatro anos de existência da Lusitânia, em 1949, no Rotary Club de Lisboa, intitulada «África para a Europa», que África, por estar aos pés da Europa, é um «continente complemento da Europa, como Deus quis que fosse e os portugueses promoveram» (Lupi, 1949:21).

Referências:

- DIAS, J. (1949). Direcção dos Serviços de Censura. *CasaComum.org*. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_153214. Acesso em 2013/7/3.
- FONSECA, W. (1995). *À Sombra do Poder – A história da Lusitânia 1944-1974*. Lisboa: Edições Memória do Tempo.
- GONÇALVES, J. (1963). *Sociologia da Informação*, Vol. I. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- LUPI, L. (1973). *Memórias, Diário de um Inconformista*, Vol. III. Lisboa: Editora Pax.
- LUPI, L. (1971). *Memórias, Diário de um Inconformista*, Vol. I. Lisboa: Editora Pax.
- LUPI, L. (1954). Sem Título. *CasaComum.org*, Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_79002. Acesso em maio de 2013.
- LUPI, L. (1950). *A África para a Europa* (Palestra proferida no Rotary Club de Lisboa em 27 de dezembro de 1949), p. 29. Lisboa: ed. Rotary Club de Lisboa.
- LUPI, L. (1929). Lourenço Marques – Cidade que Honra Moçambique e Portugal. *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Vol V – 50: 228-238.
- MARTINS, M. L. (1996). *Para uma Inversa Navegação. O Discurso da Identidade*. Porto: Afrontamento.
- MARTINS, M. L. (1990). *O Olho de Deus no Discurso Salazarista*. Porto: Afrontamento.
- PEREIRA, C. (1986). 120 anos de História ao Telex. *Expresso*, 28/3/1986.
- PINTO, A. (1994). *Os Camisas Azuis – Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914/45*. Lisboa: Editorial Estampa.
- SILVA, S. (s/d). *Contributo para uma História das Agências Noticiosas Portuguesas*. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/silva-sonia-agencias-noticiosas-portugal.html>. Acesso em abril de 2013.